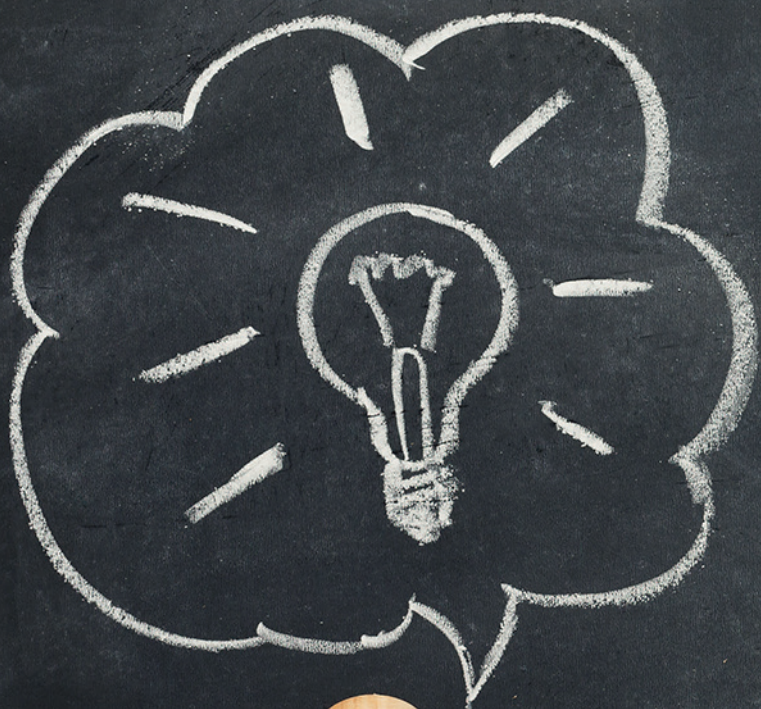


# Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2018

**Marcia Aparecida Alferes**

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas  
na Educação  
2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Moraes Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenilto Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlele Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>93</b>
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>96</b>
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>100</b>
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>111</b>
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191214</b>	

**CAPÍTULO 15..... 154**

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)

*Alboni Marisa Dedeque Pianovski Vieira*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191215**

**CAPÍTULO 16..... 161**

POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA

*Víviám Carvalho de Araújo*

*Núbia Schaper Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191216**

**CAPÍTULO 17 ..... 173**

POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)

*Juliane Kelly de Figueiredo Freitas*

*Josanilda Mafra Rocha*

*Lenina Lopes Soares Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191217**

**CAPÍTULO 18..... 184**

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

*Tatiana Das Mercês*

*Michele Pazolini*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191218**

**CAPÍTULO 19 ..... 198**

POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS

*Cristina Almeida da Silva*

*Márcia Häfele Islabão Franco*

*Fábio Yoshimitsu Okuyama*

*Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191219**

**CAPÍTULO 20 ..... 208**

PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010

*Eleuzzy Moni do Carmo Jesus*

*Rosemara Perpetua Lopes*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191220**

**CAPÍTULO 21..... 218**

QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?

*Mario Ruela Filho*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191221**

**CAPÍTULO 22 ..... 234**

QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA

*Zenilda Maria de Sousa Paniago*

*Maria Cecília Lorea Leite*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191222**

**CAPÍTULO 23 ..... 243**

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

*Liane Vizzotto*

*Berenice Corsetti*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191223**

**CAPÍTULO 24 ..... 251**

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

*José Ariosvaldo Alixandrino*

*Luciane Silva de Souza Carneiro*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191224**

**SOBRE A ORGANIZADORA ..... 260**



## POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)

**Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Curitiba – Paraná

**RESUMO:** Trata-se de estudo sobre as implicações das políticas educacionais adotadas no período 1986-1989, na formação continuada de professores das escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. O objetivo da pesquisa foi refletir sobre as implicações da adoção da pedagogia histórico-crítica na formação de professores, bem como discutir as práticas de formação continuada docente adotadas em seu contexto. Do ponto de vista teórico, a pesquisa fundamentou-se nos estudos de Miguel e Vieira (2006) e Saviani (2008), entre outros. Com caráter bibliográfico e documental, privilegiou-se o estudo dos relatórios disponíveis no Arquivo da Rede Municipal de Ensino. Os resultados evidenciaram a contribuição das discussões, reflexões e estudos que foram realizados para o desenvolvimento docente esperado.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas educacionais; formação continuada; docência; pedagogia histórico-crítica.

**ABSTRACT:** It is a study on the implications of the educational policies adopted, between the period of 1986-1989, in the continuous training

of teachers in schools from the Municipal Education Network of Curitiba. The purpose of the research was to reflect on the implications of adopting the historical-critical pedagogy in teacher training, as well as to discuss the practices of continuous teacher training adopted in its context. From a theoretical point of view, the research was based on the studies of Miguel and Vieira (2006) and Saviani (2008), among others. With bibliographical and documentary character, the study of available reports in the Archive of the Municipal Education Network was privileged. The results demonstrated the contribution of the discussions, reflections and studies that were carried out for the expected teacher development.

**KEYWORDS:** educational policies; continuous training; teaching; historical-critical pedagogy.

### 1 | INTRODUÇÃO

O início da década de 1980 foi decisivo na história nacional, com mudanças que afetaram a estrutura da sociedade brasileira e determinariam marcantes consequências futuras. Dentro da euforia das liberdades políticas que vinham sendo reconquistadas após longo período de regime militar, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

elegeu seu candidato, Maurício Fruet (1983-1986), para a prefeitura de Curitiba. Em sua gestão na área educacional, Fruet adotou uma política de superação da postura tecnicista, a qual exigia uma ação mais crítica e democrática por parte dos professores. Estimulou a valorização da participação da comunidade no processo educativo, a autonomia da escola, o planejamento dinâmico, a interação entre o Estado e a sociedade e a promoção da democracia. A administração do PMDB municipal representava, em Curitiba, a expectativa popular de mudanças, diante da profunda crise econômica e social que se vivia, com boa parcela da população vivendo abaixo dos níveis mínimos de subsistência.

Na gestão seguinte, do prefeito Roberto Requião (1986-1989), também do PMDB, esse trabalho teve continuidade, com uma política cada vez mais comprometida com a maioria da população e que considerava as necessidades diagnosticadas junto às escolas. Essas mudanças, de caráter político, estimularam discussões sobre o currículo que vinha sendo adotado nas escolas do município, o que exigiu o estabelecimento de uma política efetiva de formação continuada do corpo docente.

O objeto de estudo desse artigo, portanto, são as políticas e práticas de formação continuada de professores. A questão posta em discussão é: quais foram as implicações das políticas educacionais adotadas no período 1986-1989 na formação continuada dos docentes da Rede Municipal de Ensino de Curitiba? Os objetivos do estudo foram refletir sobre as implicações da adoção da pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2008) na formação continuada de professores, discutindo-se essas práticas em seu contexto.

Justifica-se o estudo pela necessidade de se refletir sobre as relações entre as políticas educacionais e a formação continuada de professores, no sentido de se perceber as imbricações estabelecidas entre elas e seus reflexos em programas futuros de capacitação docente.

## **2 | METODOLOGIA**

O recorte histórico compreende o período 1986-1989, correspondente ao governo de Roberto Requião, em Curitiba, quando se implantou o 4º Plano Educacional, inspirado nas ideias de Saviani (2008), e que apresentava uma proposta de democracia participativa.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de pesquisa de caráter bibliográfico e documental. A fundamentação teórica está nos trabalhos de Tomacheski (2002), Miguel e Vieira (2006) e Saviani (2008), entre outros. A pesquisa documental apoiou-se em relatórios disponíveis no Arquivo da Rede Municipal de Ensino de Curitiba relativos ao período estudado.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, consoante classificação elaborada por Miguel e Vieira (2006), é possível identificar dois períodos que interessam à presente análise: a) de 1983 a 1985, correspondente à gestão de Maurício Fruet, como prefeito, no decorrer do qual foi publicado o manifesto “Políticas da Educação para uma Escola Aberta”, elaborado a partir das discussões e reflexões entre os profissionais da educação, que evidencia o compromisso expresso com a população de baixa renda; e b) de 1986 a 1989, objeto desse estudo, correspondente à gestão de Roberto Requião, como prefeito, durante o qual foi implantado o 4º Plano de Educação do Município de Curitiba, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, com fundamento na pedagogia histórico-crítica.

A gestão Roberto Requião, ao definir as políticas educacionais para o período, destacou três grandes metas: a democratização do conhecimento pela ampliação da oferta escolar, o compromisso da ação escolar com a transformação da sociedade e a integração da ação educativa com as demais ações sociais. Para Requião, a ampliação da oferta escolar era considerada uma “[...] forma de pagamento da dívida social para com a classe trabalhadora” (CURITIBA, 1986, p. 7).

Por sua vez, cada uma dessas metas foi dividida em submetas, contendo as atividades e os respectivos meses em que deveriam ser desenvolvidas. Do ponto de vista da democratização do conhecimento pela ampliação da oferta escolar, previa-se a ampliação das oportunidades de acesso e permanência na escola; o apoio técnico-pedagógico às escolas; o apoio à estrutura e ao funcionamento da escola; o aperfeiçoamento profissional permanente; e o apoio à integração escola-comunidade (CURITIBA, 1987).

Para cumprimento dessas submetas, foram previstas atividades que tratavam do planejamento, da oferta de cursos conforme solicitação das escolas ou setores, da organização e divulgação desses cursos, que eram acompanhados e avaliados pelos cursistas. Estabeleceu-se a semana móvel para atendimentos setorializados e programaram-se oficinas, cursos e a formação de grupos de estudo sobre temas relevantes. Um desses temas era a Constituinte, de cujos trabalhos participariam também “Associações de Pais e Mestres e Associações de Moradores para organização de debates sobre o tema” (CURITIBA, 1987, p. 91).

Tal política efetiva de formação continuada do corpo docente ficou sob responsabilidade da Divisão de Treinamento Pedagógico da Diretoria de Educação da RME, mais tarde substituída pela Divisão de Aperfeiçoamento Profissional.

Em face a essas mudanças de caráter político, foram estimuladas discussões sobre o currículo que vinha sendo adotado nas escolas do município. Diante do compromisso de não mais formar os alunos como “[...] instrumentos a serem manipulados pelo sistema capitalista”, mas, sim, dotá-los “[...] dos requisitos básicos para a sobrevivência num mundo em mudança, aliados ao despertar de uma consciência crítica e atuante

na sociedade a que pertencem” (CURITIBA, 1983), a pedagogia histórico-crítica foi assumida como a que melhor se identificava com a concepção pretendida para o município.

O Currículo Básico elaborado em 1988, inspirado nessa pedagogia, veio sintetizar as propostas de ação da Secretaria Municipal de Educação, voltadas ao processo de democratização da sociedade brasileira. Ele representou, segundo Tomacheski (2003, p. 21), “[...] um marco importante na história da educação municipal que, nesse processo histórico, foi sendo realimentado pelas políticas educacionais que se sucederam”.

A implantação da nova proposta, no entanto, exigia preparação adequada dos docentes e do pessoal administrativo. Para tanto, previu-se a participação de ambos na discussão dos pressupostos teóricos, a fim de buscar assegurar um desenvolvimento coerente no processo de implantação. Foram promovidos, ainda, debates, treinamentos, troca de experiências e alternativas que integrassem as metas especificadas no Plano. O estabelecimento da semana móvel favoreceu a organização de oficinas e cursos, bem como a formação de grupos de estudos, sem prejuízo ao atendimento dos alunos. Era fundamental que os docentes e o pessoal administrativo estivessem preparados para trabalhar com a nova pedagogia.

Como meta a ser desenvolvida nessa gestão, destacava-se o aperfeiçoamento profissional permanente do corpo docente (CURITIBA, 1987). Para tanto, previa-se a instrumentalização do pessoal docente e pedagógico-administrativo, o assessoramento na elaboração e reformulação de Planos Curriculares, com “[...] apoio técnico-andragógico permanente, desde a elaboração do currículo até o processo de realimentação do trabalho junto às classes” (CURITIBA, 1987, p. 13), “[...] assessoramento pedagógico aos professores” (CURITIBA, 1987, p. 20) nas escolas e no Departamento de Educação, a “[...] participação em cursos, encontros, seminários e congressos” (CURITIBA, 1987, p. 21) e o “[...] assessoramento direto ao corpo docente e técnico das escolas com relação à atualização em métodos e técnicas de ensino” (CURITIBA, 1987, p. 23). Ainda, previa a “[...] troca de experiências entre professores” (CURITIBA, 1987, p. 36) e o “[...] planejamento, organização, coordenação e realização de encontros para discussão de propostas pedagógicas” (CURITIBA, 1987, p. 45).

A “[...] instrumentalização de supervisores e orientadores para uma atuação mais integrada e efetiva na prática escolar” (CURITIBA, 1987, p. 63) também estava prevista, por meio de reuniões com coordenadores de área, supervisores e orientadores, cursos de atualização profissional, participação em cursos, reuniões, grupos de estudo, seminários e congressos.

Essa política de aperfeiçoamento sistemático dos docentes era fundamental para o sucesso da nova proposta educacional, a fim de que os professores pudessem identificar as contradições emanadas das relações sociais e elaborar um currículo escolar em que as necessidades dos alunos fossem contempladas.

Para isso, foram oferecidas inúmeras oportunidades de formação continuada ao corpo docente, por meio da realização de encontros, seminários e congressos, no

início de cada semestre e durante o ano letivo. Procurou-se facilitar a participação dos professores mediante a oferta de cursos de forma flexível. Condiicionava-se a promoção na carreira docente à participação nos cursos (atualização, aperfeiçoamento e especialização), como maneira de se estimular o professor a investir na sua formação.

Os educadores ressentiam-se de sua formação pouco politizada e voltada exclusivamente ao tecnicismo. Não se dispunham de dados efetivos sobre a qualidade do ensino ministrado nas escolas; os recursos humanos, físicos e financeiros não eram suficientes para concretização das ações programadas; havia entraves na liberação de recursos oriundos de projetos estaduais e federais; a burocracia administrativa retardava ou impossibilitava decisões; era pequena a participação dos pais na eleição dos diretores das escolas (CURITIBA, 1987).

No entanto, como cabia aos professores repensar a ação educativa e o seu próprio papel – de forma a poderem atuar na descentralização das decisões, em uma relação mais horizontal, a qual envolvia pais, alunos e professores no processo educacional, para uma atuação crítica, transformadora e participante – era preciso que estivessem preparados para esse desafio.

O saber sistematizado, o conteúdo, de acordo com a pedagogia histórico-crítica, não interessava à pedagogia como tal, mas como “[...] um meio para o crescimento do aluno”, que deixava para o cientista o conhecimento como um fim (SAVIANI, 2008, p. 74). À formação dos alunos não interessava assimilar o saber enquanto resultado, mas, sim, a aprendizagem do processo de sua produção, historicamente considerada. Para bem desempenhar essa tarefa, os professores deveriam possuir competência técnica, não no sentido tecnicista apenas, mas envolvendo o domínio adequado do saber escolar a ser transmitido, um entendimento das múltiplas relações entre os vários aspectos da escola, uma compreensão das relações entre o preparo técnico, a organização da escola e os resultados de sua ação, bem como uma compreensão mais ampla das relações entre a escola e a sociedade.

Segundo Saviani (2008), a tarefa da pedagogia histórico-crítica em relação à educação escolar implicava em:

- a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação.
- b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares.
- c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação (SAVIANI, 2008, p. 9).

Foram esses os fundamentos teóricos que justificaram a ênfase na formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino, que necessitavam discutir não apenas os aspectos técnicos de sua prática, mas também a compreensão da história, a partir das condições materiais da existência humana.

Por se tratar de uma tendência totalmente diferente da Escola Nova e da pedagogia tecnicista, a pedagogia histórico-crítica precisava ser bem compreendida, para ser desenvolvida adequadamente. A formação continuada dos professores e do corpo técnico-administrativo, dessa forma, era fundamental para se atingir os objetivos da nova tendência.

As contradições internas à sociedade capitalista, na qual se inseria a escola, passaram a ser objeto de reflexão pelos professores, tanto em sua concepção teórica, quanto em sua prática. O compromisso com a transformação da sociedade permeou as atividades dedicadas à formação continuada dos professores e uma dinâmica diferenciada instalou-se nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade que procurava superar suas contradições na área educacional, a formação continuada de professores para implantação da pedagogia histórico-crítica suscitou discussões, reflexões e estudos, que colaboraram para o desenvolvimento docente esperado.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, a oferta de formação continuada no período 1986-1989, na Rede Municipal de Ensino de Curitiba, foi bastante diversificada, buscando inserir-se nas disponibilidades e no cotidiano dos professores participantes. Além disso, atendia às reivindicações emanadas dos próprios docentes, a partir das necessidades sentidas na prática pedagógica. Nessa formação continuada, estava subjacente o papel político do professor e sua valorização como elemento fundamental na transformação da sociedade.

Deve-se observar, porém, que a pedagogia histórico-crítica, voltada à transformação da sociedade, inseria-se numa proposta de governo que admitia a dominação de uma classe social sobre a outra, desde que se garantisse a cidadania. A escola e, nela, os professores, trabalhavam, portanto, com uma concepção de sociedade que não era aquela em que se inseria o processo educacional do qual participavam naquele momento.

#### REFERÊNCIAS

CURITIBA. **Relatório geral de atividades**. Divisão de Treinamento Pedagógico. Diretoria de Educação. Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba: PMC, 1983.

CURITIBA. **Plano de educação do município**. Gestão 1986/1988. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1986.

CURITIBA. **Políticas (?)**. Secretaria Municipal da Educação. Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1987.

MIGUEL, M. E. B.; VIEIRA, A. M. D. P. As políticas educacionais da Rede Municipal de Educação de Curitiba e a implantação de novas práticas nas escolas (1963-1996). CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2006. 1 CD-ROM.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

TOMACHESKI, E. G. B. **A trajetória da educação matemática na Rede Municipal de Ensino de Curitiba**: do currículo pensado ao vivido. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2003.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9 788585 107970